

UNEMAT Editora

Editor: Agnaldo Rodrigues da Silva

Revisor: UNEMAT Editora

Diagramação: Ricelli Justino dos Reis

Capa: Ricelli Justino dos Reis

Unemat Editora

Online - 2014

Revista História e Diversidade/Expediente:

Coordenadores /Organizadores: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

Renilson Rosa Ribeiro

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 5, nº. 2, (2014), 239 p.

Modo de acesso:<<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural.

CDU 94+304.4 (05)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar/CRB1 2037

Os conceitos, as informações e as afirmações contidas em cada capítulo são de inteira responsabilidade do(s) autor (es) que assina (m) o texto.

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso



UNEMAT Editora

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavanhada -

Cáceres - MT - Brasil - 78200000

Fone/Fax 65 3221-0000 - www.unemat.br -

editora@unemat.br

Revista



Dossiê: Ensino de História e História da Educação: caminhos de pesquisa (Parte 2)

ESCOLA, ENSINO E HISTÓRIA LOCAL: LEI MUNICIPAL 283/09 NA CIDADE DE JOÃO CÂMARA – RN

Iranilson Pereira de Melo

Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Ipm88641702@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho acadêmico objetiva analisar a Lei municipal nº 283 de junho de 2009, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história local na rede municipal de ensino na cidade de João Câmara – RN. A presente discussão está inserida dentro da disciplina Cultura do RN, que destina o mínimo de 10 horas aulas no ano letivo para o estudo do mesmo. Contudo, os estudos relativos à história local do município de João Câmara encontram-se embasados em produções (livros) escritas por memorialistas, em especial três obras de Aldo Torquato da Silva, ex-prefeito, vereador e autor dos livros *Baixa-Verde: Fatos, Causos e Coisas* (2004), *Baixa-Verde: Raízes da nossa história* (2009) e *Baixa-Verde – outras histórias* (2012), com aproximadamente 3000 exemplares em circulação na cidade, que acabam constituindo uma verdade sobre a história do município baseada nas narrativas contadas pelo autor Aldo Torquato, confundindo muitas vezes as histórias do autor memorialista e de João Câmara.

PALAVRAS-CHAVE: História Local – Memorialista - Ensino

ABSTRACT: This paper aims to analyze the academic Bylaw Nº 283 June 2009 establishing the compulsory teaching of local history in municipal schools in the city of JoãoCâmara - RN. This discussion is embedded within the discipline of Culture RN, which allocates a minimum of 10 hours lessons in the school year to study the same. However, studies concerning the local history of the city of JoãoCâmara are grounded in productions (books) written by memoirists, especially three works by Aldo Torquato da Silva, former mayor, alderman and author of *Low-Green: Facts , stories and Things* (2004), *Low-Green: Roots of our history* (2009) and *Lower Green - other Stories* (2012), with approximately 3000 copies in circulation in the city, which end up constituting a truth about the history of the city based the narratives told by the author Aldo Torquato, confounding the stories of the author and memoirist JoãoCâmara.

KEY-WORDS: Local history – memoir - Teaching.

Introdução

O espaço escola, para Bittencourt (2003) décadas a trás, podia ser entendido como um lugar de aprender e apreender conceitos que iria ensinar, mesmo que para poucos, a viver em uma sociedade de ideias elitizadas. Essa história dava vez e voz aos grandes nomes (presidentes, governadores, prefeitos, empresários), grandes fatos de relevância nacional, que objetivam profissionalizá-los, ou melhor, “emoldurá-los”, concomitantemente em processo de manutenção da própria sociedade, em que sempre eram apresentados os mesmos fatos, das mesmas formas, sem grandes problemáticas, para que o aluno não saísse um “revolucionário” da sala de aula para a sociedade.

No processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, atrelado a especialização do corpo docente de muitas escolas do país, a forma como se perceber o ambiente escolar mudou. Compreende-se a partir desse período a escola como produtora do conhecimento, principalmente daqueles que alicerçam essa estrutura, como afirma Libâneo (1994): “**As relações entre professores e alunos**, as formas de comunicação, os aspectos afetivos e emocionais, a dinâmica das manifestações na sala de aula parte das condições organizativas do trabalho docente [...]” (grifo do autor. LIBÂNEO, 1994, p. 249). Assim, formatando uma nova organização de seres mais participativos na sociedade, que resulta no desenvolvimento de boas práticas dentro da mesma para os seus formadores e formados. Para tanto, é incumbida à prática docente e a escola, a (re)produção dos discursos, sejam eles tradicionais ou revolucionários, mas “[sendo] unicamente reconhecido que a educação [construída na escola] é fonte de desenvolvimento humano, cultural, social e econômico [...]” (ALARCÃO, 2001, p. 16). “A escola tem a função de preparar cidadãos, mas não pode ser pensada apenas como tempo de preparação para a vida. Ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania” (ibidem. p. 18).

O ato de se ensinar história parte do princípio que mediante o diálogo entre o espaço escola, professor/historiador e os alunos, possa haver um ambiente que seja possível desenvolver o “sentimento” de ser participativo do processo de construção do conhecimento histórico, partindo do professor em retrospecto ao alunado. Conforme, argumenta Fonseca (2003):

O exercício da docência consiste no domínio, na transmissão e na produção de um conjunto de saberes e valores por meio de processos educativos desenvolvidos no interior do sistema de educação escolar. Esse saber docente é, [...] um saber plural, heterogêneo, construído ao longo da história de vida do sujeito. É constituído pelo conhecimento específico da disciplina no caso, o conhecimento historiográfico, os saberes curriculares (objetivos, conteúdos, metodologias e materiais), os saberes pedagógicos (concepções sobre atividade educativa) e os saberes práticos da experiência. Assim, o historiador-educador ou professor de história é alguém que domina não apenas os mecanismos de produção do conhecimento histórico, mas um conjunto de saberes, competências e habilidades que possibilitam o exercício profissional da docência. (FONSECA, 2003, p. 63)

E justamente por pensar essa problemática que envolve a construção do conhecimento histórico partindo do espaço escola, e ainda, a sua efetivação, que o presente trabalho traz como tema “ESCOLA, ENSINO E HISTORIA LOCAL: Lei Municipal 283/09 na Cidade de João Câmara”, visando, discorrer sobre a manipulação que há no ato de se pensar a história local, e principalmente, quando pensamos a história da Cidade de João Câmara, que tem uma Lei que torna obrigatório o ensino de história local, e por não haver material didático que contemple as discussões sobre a cidade, os professores da rede pública de ensino, acabam se valendo dos livros de

memorialistas, que elencam uma série de ruídos.

PCNS de História

Os princípios norteadores das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil partem do documento Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs) de 1997 e 1998, pois:

[O] objetivo [dos PCNs] é auxiliá-lo [o professor] na execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade. (BRASIL, 1997, p. 08)

Tal afirmação rompe teoricamente com concepções paradigmáticas construídas historicamente, em que geralmente eram trabalhados única e exclusivamente fatos elitizados, com apresentação dos grandes homens e de datas comemorativas.

Os PCNs de história trazem no ciclo base (1º e 2º ciclos) conteúdos relacionados ao local que relativiza conteúdos da realidade do aluno, buscando aproximar a realidade histórica com a realidade dos discentes. Já no secundário (3º e 4º ciclo), se reconstitui os princípios da história tradicional, em continuidade a abordagens temáticas europeizadas, ampliando-as e trazendo abordagens nacionais e regionais de “maior significância” para a sociedade, com acontecimentos seguindo um processo evolutivo e sequencial.

Este documento (PCNs) possibilita a análise e orientação dos currículos nas diversas esferas (federal, estadual e municipal), sendo o principal objetivo dos PCNS o desenvolvimento de práticas pedagógicas tendo em vista a discussão sobre cidadania e o espaço (escola), de modo que este indivíduo possa aprender mais e melhor.

Para tanto, “Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas” (BRASIL, 1997, p. 9). Acreditando na vivência em espaços que compõem a história do indivíduo, há possibilidade de uma melhor problematização e análise das práticas docentes no desenvolvimento do intelecto dos discentes, em que podemos afirmar que existe uma relação não nula, mediante esta relação, construindo e transformando seu próprio pensamento com base no diálogo, instituindo um processo de construção participativa do indivíduo no meio. Portanto, a história local, atuando com princípios metodológicos, viabiliza a construção de um saber que represente significância para o aluno, mediante a proximidade que os discentes têm com a história que está a sua volta, possibilitando a construção de uma consciência para como seu ambiente.

O local [...] é o espaço tomado a princípio com uma abrangência geograficamente restrita, em cujos laços sociais e de parentescos de seus moradores ainda se mantêm vínculos comunitários e uma existência de

sociabilidade direta entre eles. Ou seja, um local cujos limites espaciais não ultrapassam os territórios de pequenos municípios, cidades, bairros, ou de uma região, entendida aqui como um conjunto constituído por pequenos municípios [...] (FAGUNDES, 2006, p. 88),

Acreditando nesta perspectiva, é preciso trazer a realidade do indivíduo para sala de aula, onde este possa se projetar como um ser participativo na composição da história. Não esquecendo que a compreensão do local não pode deixar de lado questões que apresentam relevância no âmbito do Estado e da Nação. Essa correlatividade será determinante para construção de um saber consistente, desempenhando o seu verdadeiro papel de analisar, criticar, se perguntar sempre.

“Considera-se, então, que o ensino de História envolve relações e compromissos com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada às complexidades inerentes à realidade com que convive” (BRASIL, 1997, p. 27).

Nesta perspectiva, o ensino fundamental dentro do 1º e 2º ciclos tendem a ensinar conceitos próximos a realidade do alunado, assim possibilitando um primeiro contato com a história de forma prazerosa pelo baixo nível de exigências que cabe ao 1º e ao 2º ciclos e pela relação próxima que o sujeito tem com o conteúdo. Mas quando o aluno chega ao 3º e 4º ciclos inicia um processo de distanciamento dos conteúdos inseridos em sala de aula, trazendo estruturas conteudistas europeizadas, com uma linha do tempo linear que, se utiliza quase que unicamente do livro didático, deixando as aulas de história “chatas”.

Lei Municipal 283/09 na Cidade de João Câmara

Nas últimas décadas, com a abertura e a autonomia que cada Estado e Município exercem para com os seus currículos, ainda que estes devam seguir os Parâmetros Nacionais da Educação¹; a cidade de João Câmara, não distante de outros municípios, percebendo e tentando sanar suas necessidades educacionais cria a “Lei nº 283 de junho de 2009, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História na rede municipal de ensino e das outras províncias”, e posteriormente, em 03 de março de 2010, sob o projeto de Lei nº 01, “[que] tem como principio anexar um parágrafo ao artigo 2º da Lei municipal nº 283 de junho de 2009, esta abarcando além das aulas, agora, medidas preventivas no tocante aos abalos sísmicos do Município de João Câmara” (MELO, 2013).

É importante apontar que este “ensino de História Local” se dá dentro de

1 “[...] o documento do MEC, o termo parâmetro curricular visa comunicar a ideia de que, ao mesmo tempo em que se pressupõem e se respeitam as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país, possam ser construídas referências nacionais que sejam capazes de dizer quais os “pontos comuns” que caracterizam o fenômeno educativo em todas as regiões brasileiras. [...]” (BRASIL apud. SCHIMIDT, 2004, p. 14)

ideologização, com um forte jogo de interesses. Para entendermos melhor, o currículo adotado no município de João Câmara é o mesmo que compõe a rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte. No que tange a diversidade estrutural do currículo do ensino fundamental no Estado e respectivo municipal, incute a disciplina de Cultura do RN abordar questões sociais e culturais do Estado como: questões relativas à cultura, economia, política, bem como a história e cultura afro e indígena brasileiras. Tal abordagem permite aos educadores e educandos um relacionamento de proximidade com a sua história. Contudo, Melo (2013) nos mostra em seu Artigo “A manipulação os saberes na Construção de uma História Local” que se tratando de história local sobre a cidade de João Câmara, a principal fonte são os livros do escritor Aldo Torquato, tomados como manuais, verdadeiras “bíblis” sobre a cidade: São os livros “Baixa-Verde: Fatos, Causos e Coisas” (2004) “Baixa-Verde Raízes de nossa história” (2009), e “Baixa-Verde – outras histórias”. Em seu primeiro livro, “Baixa-Verde: fatos, Causos e Coisas”, o autor busca mostrar, em um primeiro momento, os fatos ocorridos na história da cidade. Ele usa o termo “fato” para dar certa consistência e credibilidade a sua fala quando o texto trata de assuntos como a fundação da cidade Baixa-Verde, buscando o cerne da história da cidade, apresentando grandes fatos, e fortes nomes políticos. Na segunda parte ele busca apresentar histórias que eram contadas, sejam elas engraçadas, como os relatos do Chico da Bomba, e, por último, em seu terceiro capítulo intitulado “Coisas”, o autor destina este espaço para apresentar momentos vividos por ele em diversos momentos da sua vida, como: as brincadeiras do seu tempo de criança, as histórias de assombração que eram contadas e aterroriza as suas noites e dos seus parentes quando crianças, a conquista da primeira moto, entre outras histórias, Aldo Torquato também apresenta nomes de significância na cidade, fotos etc.

Já em seu segundo livro ele busca compilar, de forma **pretensiosa**, obras como: “Baixa-Verde: fatos, causos e coisas” (2004) – Autor: Aldo Torquato –; “História De Um Homem (João Severiano da Câmara)” (1954) – Autor: “Câmara Cascudo -; Vertentes (Memórias)”(1976) – Autor: João Maria Furtado; “Baixa-Verde: Ontem, Hoje e Amanhã” (2002) – Autor: Paulo Alexandre Da Silva; “Baixa-Verde: Retalhos da sua História” (1990) – Autor: Paulo Pereira Dos Santos; “Um Homem Admirável” (1997) – Autor: Paulo Pereira Dos Santos; “Páginas Do Tempo”(2005) – Autor: Paulo Pereira Dos Santos.

Em seu terceiro livro, ele busca apresentar certo rigor à sua escrita, deixando claro que será apresentado um ponto de vista sobre a história de João Câmara, bem como a “isenção” no papel como escritor, quando diz que “A tarefa de aprofundamento dos temas tratados neste livro é o desafio que proponho aos historiadores, pesquisadores e curiosos presentes e futuros”, (TORQUATO, 2012: 17). Contudo, no decorrer do livro, o autor demonstra explicitamente sua presença dentro da história local, bem como nomes, datas etc.

Podemos então entender que a história feita na cidade de João Câmara, buscar disseminar a história uma de um determinado grupo familiar, que usa de suas

influências políticas para instituir a obrigatoriedade do Ensino de história local, e usa-la como ferramenta para consolidação de suas histórias como sendo a história oficial na cidade de João Câmara. Em parte, temos que perceber, a inserção do conteúdo local nas escolas municipais de forma obrigatória pretende apresentar questões deixadas de lado pelos grandes recortes adotados nos livros didáticos, contemplando histórias negadas, histórias que são deixadas de lado que deixam aparecer figuras populares, fatos significativos para a comunidade. Ainda que a história local apresentada na cidade de João Câmara consiga apresentar questões locais, problematizando-as, existe, na realidade, um verdadeiro jogo de interesses, pois o então redator da Lei nº 283/09, o Sr. Aldo Torquato, presidente da Câmara (no período de aprovação da lei), vereador com 5 mandatos no Legislativo, ex-prefeito, escritor de 3 obras memorialista sobre a cidade de João Câmara, institui aos professores a obrigatoriedade de se destinar no mínimo de 10 horas/aulas por ano para a discussão local. Desse modo, o autor da lei (escritor, político) defende (como veremos na linha do tempo a seguir) sua memória, contando histórias sempre dominantes² à sua vivência, buscando compor uma identidade camaraense³ unificada, partindo muitas vezes do “EU” (Aldo Torquato), de sua vivência na construção dos seus livros, em que os títulos publicados por Aldo Torquato são as principais fontes de estudos sobre João Câmara, rompendo com princípios norteadores da prática do ensino de história. Fonseca aponta que

O ensino de história é um espaço complexo, no qual atuam diferentes propostas de saber e poder, cabendo aos professores de história o papel fundamental de desenvolver um ensino que contribua para a formação do pensamento crítico reflexivo para a construção da cidadania e para a consolidação da democracia entre nós. (FONSECA, 2003, p. 56)

A discussão sobre ensino de história reflete sobre as perspectivas de construções de ideais, e das várias possibilidades do modo de ensino, onde há um distanciamento de estruturas tradicionais para que sejam possíveis aos indivíduos as acepções de cidadania e memória da própria sociedade, em que o meio em que estes estão inseridos possibilite uma análise crítica dos contextos apresentados dentro da sala de aula.

Na cidade de João Câmara, as discussões sobre história local estão à espreita das obras produzidas pelo político e memorialista Aldo Torquato, no seu 3º livro “Baixa-Verde – outras histórias”. Na “terceira parte – no apêndice”, em suas últimas páginas (p.151 e p. 152), o autor Aldo traça uma linha do tempo⁴ da história do município,

2 “A classe dominante [...], ao mesmo tempo que intervém nos acontecimentos, ao procurar criar condições para sua própria dominação, tenta contar a história do seu jeito, isto é, selecionando o que deve ser dito, os agentes sociais que devem ser lembrados e os que devem ser apagados da memória social” (BORGES, p. 34, 1987)

3 “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2011, p. 14)

4 “Para alguns, entretanto, a mera ordenação dos acontecimentos é já a sua interpretação: um acontecimento se explicaria porque veio depois do outro e o outro porque gerou o seguinte” (BORGES, 1987, p. 38)

como vemos a seguindo:

1850 – pelos meados do século XIX surgiu o primeiro povoado do município: o Amarelão dos Mendonças. Posteriormente, em data próxima, surgiram Assunção e Cauassu.

08 de março de 1895 – Nascimento de João Severiano da Câmara, em Boa Vista município de Taipu.

12 de outubro de 1910 – Inauguração da Rede Ferroviária pelo Dr. Antônio Proença, engenheiro proprietário da empresa arrendatária da obra, que chegara à localidade no ano anterior fundação de Baixa-Verde, conforme a Lei Municipal nº 272/2008

17 de outubro de 1910 – chegada do primeiro trem à Baixa-Verde

06 de junho de 1914 – Chegada de João Severiano da Câmara à Baixa-Verde

1915 – Construção da Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens pelo Dr. Antônio Proença e sua esposa D. Malvina (atual capela Nossa Senhora de Fátima)

02 de junho de 1915 – Nascimento de Gumercindo Saraiva – Dia da Cultura, instituído pela Lei municipal nº 64/2001

26 de dezembro de 1927 – Inauguração do Grupo Escolar Cap. José da Penha

25 de março de 1928 – Fundação do Baixa-Verde Futebol Clube

29 de outubro de 1928 – Emancipação política do município de Baixa-Verde Lei Estadual nº 697 – Feriado Municipal

25 de novembro de 1928 – Eleição em Pureza (então município de Touros) prefeito e dos Intendentes (vereadores)

1º de janeiro de 1929 – Posse do primeiro prefeito, João Severiano da Câmara, e dos primeiros Intendentes (vereadores)

13 de novembro de 1929 – Criação da Paróquia Nossa Senhora Mães dos Homens

11 de junho de 1935 – Criação da comarca – Lei estadual nº 825

24 de novembro de 1935 – Intentona comunista

12 de dezembro de 1948 – Falecimento de João Câmara – Feriado Municipal

19 de novembro de 1953 – Mudança do nome do município para João Câmara Lei Estadual nº 899

13 de fevereiro de 1958 – Chegada do padre Luis Lucena Dias a João Câmara

1970 – Inauguração da energia elétrica de Paulo Afonso – administração Manoel Anacleto, sendo governador do estado o Mons. Walfredo Gurgel.

09 de dezembro de 1977 – Inauguração do telefone pelo sistema DDD discagem Direta à Distância administração do prefeito Aldo Torquato, sendo governador do estado o Dr. Tarcísio Maia

29 de outubro de 1978 – Comemoração do cinquentenário de emancipação política administração do prefeito Aldo Torquato, primeiro filho da terra a assumir a Prefeitura Municipal

29 de outubro de 1982 – Inauguração do Sistema de Abastecimento

D'Água – administração do prefeitura Aldo Torquato, sendo governador do estado Dr. Lavoisier Maia Sobrinha

30 de novembro de 1986 – Ocorrência do maior tremor: 5,1 na escala Richter

12 de dezembro de 1986 – O Presidente José Sarney, acompanhado de alguns Ministros, visita a cidade

18 de novembro de 1995 – Decretada a Intervenção Estadual em João Câmara. Afastamento do prefeito José Ribamar Leite, sendo nomeada interventora a senhora Mônica Dantas.

01 de janeiro de 2005 – Toma posse, como primeira prefeita eleita do município, a Senhora Maria Gorete Leite, que vencera as eleições municipais de 03 de outubro de 2004

20 de agosto de 2009 – Inauguração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFRN

12 de outubro de 2010 – Data comemorativa do Centenário de Fundação de Baixa-Verde (TORQUATO, 2010, p. 151-152) (grifo do autor).

Na linha do tempo apresentada no fim do seu terceiro livro, o autor deixa claro que a sua história, a sua memória está presente diretamente na representatividade histórica da cidade, seja na chegada dos seus avôs por volta 1915-1920 sendo uns dos primeiros moradores da cidade, quer seja na sua administração quanto prefeito, ou em seus mandatos de vereador, em que realizou obras nas quais o autor/ex-prefeito “não poderia deixar de estar na história”, ou ainda, na disseminação de suas atividades, instituindo leis que incentivam a cultura. A memória do autor é constantemente exposta, ao ponto de diversas vezes deixar bem clara sua posição política adversária, quanto diz:

“Queimadas [distrito de João Câmara] também já teve o seu mercado publico, mas foi derrubado em uma das administrações do prefeito Ariosvaldo Targino, que prometeu construir uma praça no local, o que ate o presente momento não foi feito” (TORQUATO, 2012, p. 39)

O autor usa seu livro como um espaço de denúncia para tecer críticas a(s) gestão(ões) do(s) seu(s) adversário(s) político(s), misturando a sua vida particular com sua vida pública/política, negando, obscurecendo, tantas outras histórias que vão para além de sua vida, ou os fatos que ele ou seus familiares participaram direta ou indiretamente, vendo repetir as “histórias de [...] heróis e batalhas, redutoras do homem à categoria de objeto infinito no universo de monstros grandiosos que decidem o caminho da humanidade e o papel de cada um de nós, simples mortais” (PINSKY, 2012, p. 21), em que os grandes fatos e nomes se sobressaem, e ocultam outras histórias presentes nasociedade.

Assim, a inserção desses livros memorialistas nas salas de aula, tomados como verdades, devem atentar s essas particularidades do discurso pensando pelo autor, bem

como o seu desejo de reproduzir as suas análises, de quem e do que é bom ou ruim para cidade. Dentro desta proposta, “[...] o professor pode deixar [aflorar, na utilização desses livros] as contradições, identificá-las, problematizá-las e compreendê-las, com criatividade e criticidade, um processo de ensino aprendizagem livre de preconceitos e estereótipos” (FONSECA, 2003, p. 167), visando a ampliação dos horizontes na utilização dos livros. Desde que questionados, mediante o diálogo com documentos, há aberturas para uma nova escrita e interpretação da história contada; e ainda, compreendendo estes (os documentos) como uma possibilidade de recurso a ser inseridas dentro do contexto escolar, visando auxiliar a prática docente, que se apresenta no livro memorialista que por diversas vezes compõem “o” instrumento nas aulas, ao se tratar de história local na cidade de forma dominante na construção dos discursos. Para tanto, os recursos paradigmáticos possibilitam uma análise e distanciando dessas ideias do óbvio, com a construção do saber mais isento e menos pragmático compactuado nos livros do autor Aldo Torquato.

Os livros didáticos que geralmente são adotados nos ensino de Cultura do RN atendem parcialmente os conteúdos compositores na história do Estado, mesmo por que é impossível de abordar todas as temáticas que compõem a história do Rio Grande do Norte. Assim, mais uma vez reafirmando a presença do uso dos livros publicados sobre história local escritos por seus populares, circulam nas escolas de forma exacerbada, construindo uma memória do município “alienada”. Como nos diz Bittencourt:

A história local [...] tem sido elaborada por historiadores de diferentes tipos. Políticos ou intelectuais de diversas proveniências têm-se dedicado a escrever histórias locais com objetivos distintos e tais autores geralmente são criadores de memórias mais do que efetivamente de história. (Bittencourt, 2004, p. 168).

Neste sentido, o ato de ensinar a história da cidade de João Câmara, mediatizado pelas relações entre professor-conteúdo-aluno, caracteriza impossível a nulidade dessa relação. Tal prática propõe o educar e o aprender do alunado, de modo a compor estruturas dialógicas nos discursos dos professores, na busca de “passar a história”, subsidiando o aluno a construir e transformar seu próprio pensamento baseado no diálogo entre espaço e a história, sendo auxiliado por recursos e documentos nos quais eles estes sejam inseridos, na busca da reafirmação de um processo participativo do indivíduo na sociedade, se referindo a produção e socialização dos saberes que compreendem o local, sendo assim possível para o aluno reconhecer e analisar a realidade socioeconômica, política e cultural que se apresenta na sua cidade.

Na cidade de João Câmara, nota-se a objetividade, embora para alguns “intelectuais” passe despercebida, da lei nº 283 de 2009 e os livros publicados por Aldo Torquato, em que ele busca despertar nos populares uma memória comum a todos, do ser “camaraense”, ou ainda, baixaverdense (Baixa-Verde foi o primeiro nome dado a

localidade), sendo assim, enquadrando o alunado em uma história, ao invés de propor reflexões que possibilitem desenvolver um pensamento crítico da(s) história(s) que se apresenta(m) no local. Para Rui apud Fagundes

O ensino de história, na minha concepção, ele tem que trabalhar a questão da criticidade do aluno, desenvolver o aspecto da cidadania, que o aluno tenha consciência de sua história também, ele faz parte de uma coletividade e tem sua história individual e que sua história também é de extrema importância (RUI apud. FAGUNDES, 2006, p. 124)

Contudo, na cidade de João Câmara, Os livros escritos por Aldo Torquato geralmente entram neste processo de ensino/aprendizagem como uma “bíblia” a ser seguida, que norteiam todas as práticas docentes, na elaboração de suas falas, dos projetos interdisciplinares que envolvem a semana do aniversário da cidade. Para tanto, as concepções norteadoras da prática do ensino de história local tendem a estruturar meios nos quais a análise dos documentos e fontes possibilitem compreender as singularidades destes locais, que não são abordados na escrita do Aldo Torquato, bem como nos livros didáticos adotados pelas escolas, repensando a construção da história tradicional.

É possível que as vivências em espaços que compõem estas histórias possibilitem uma melhor problematização e análise da essência desta lei, Ensinar História/Criar identidade da população, que se reafirma na relação entre os docentes e discentes não nulas, construindo e transformando seu próprio pensamento com base no diálogo, instituindo um processo de construção participativa do indivíduo no meio.

Portanto a história local, atuando com princípios metodológicos viabilizam a construção de um saber que represente significância na construção de uma consciência para como seu ambiente. Acreditando nesta perspectiva, é preciso trazer a realidade do indivíduo para sala de aula onde este passa a se projetar como um ser participativo na composição da História. Não esquecendo que a compreensão do local não pode deixar de lado questões que apresentam relevância no âmbito do Estado e da Nação, e a suas relações serão determinantes para construção de um saber consistente, desempenhando o seu verdadeiro papel de analisar, criticar, se perguntar sempre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao termino deste trabalho, podemos perceber o jogo de interesses que envolvem a institucionalização da Lei municipal 283/09 na cidade de João Câmara, que sofre forte influência da escrita memorialista, em especial do redator da própria lei que tende a pôr suas visões, desejos e anseios na sua escrita; para tanto, percebendo que a forma como o conteúdo é organizado em seus livros, não há a problematização do conteúdo, assim, construindo um conhecimento engessado sem demonstrar as faces que compõem o domínio holandês no norte brasileiro.

Portanto, o professor em sua prática docente, deve atentar em ir além dos livros dos memorialista que circulam na cidade de João Câmara – RN, eles devem buscar

outros recursos que possibilitem deixar o conteúdo mais inteligível para o alunado, sejam eles outros textos acadêmicos, filmes, fotos, poesias... O leque de possibilidades para tornar a aula de história hoje é infinitamente extenso.

Por fim, o comodismo não é o melhor caminho para a docência, ainda quando se tem uma temática tão dicotômica. Ainda porque, as obras elas expressão um visão, que enaltece e exclui, assim necessitando do professor um conhecimento critico e reflexivo do conteúdo que ele pretende trabalhar.

REFERÊNCIAS

1. ALARCÃO, I. A escola reflexiva e nova racionalidade. Porto alegre: Artmed, 2001
2. ALMEIDA, M. C. de. Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição. São Paulo: Livraria da Física, 2010.
3. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
4. BORGES, V. P. et al. O ensino de Historia: Revisão Urgente. São Paulo: Brasiliense; 1987.
5. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
6. CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: A escrita da historia. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2002.
7. FAGUNDES, J. E. 2006. A História local e seu lugar na história: história ensinadas em Ceára-Mirim. Tese de doutorado em Educação. Natal, UFRN
8. FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizagem / Selva Guimarães Fonseca. – Campinas, SP: Papirus, 2003 – (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).
9. FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 8. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
10. FRANÇA, E. C. 2010. A influência dos abalos sísmicos de 1986 para o êxodo urbano em João Câmara. Monografia de graduação em História. João Câmara, UERN

- Emiliane Cristina de França.

11. HALL, S. A identidade Cultural na pós-modernidade. 11 ed., 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
12. LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão escolar: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
13. LIBÂNEO, J. C. Didática. José Carlos Libâneo – São Paulo: Cortes, 1994.
14. MELO, I. P. de. 2013. Os “intelectuais” e a manipulação dos saberes sobre história local: O escopo da Lei Municipal nº 283/09 na cidade de João Câmara. Monografia de graduação em História. João Câmara. UERN – Iranilson Pereira de Melo.
15. MELO, I. P. de. A manipulação dos saberes na construção de uma história local. *Historien*. [on-line] jul/dez de 2013, ano IV, nº 9. Disponível na World wide web: < http://www.revistahistorien.com.br/arquivos/Texto10_Iranilson%20Pereira%20de%20Melo.pdf
16. O terremoto que mexeu com o Brasil [DVD]. Direção: José Alberto Vivas Veloso. Observatório sismológico da UNB – Brasília, 1987.
17. SHIMIDT, M. A. Ensinar História/ Maria Auxiliadora Schimidt, Marlene Cainelli. – São Paulo: Scipione, 2004.
18. TORQUATO Aldo et al. Baixa-Verde: Raízes de nossa história. João Câmara, 2009.
19. TORQUATO, Aldo. Baixa-Verde – outras história. João Câmara: Grafipel. 2012.
20. TORQUATO, Aldo. Baixa-Verde: Fatos, Causos e Coisas. João Câmara: Sebo Vermelho, 2004.